



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639942 - MG (2021/0012199-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : MARCELO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : PAULO CÉSAR RODRIGUES - MG094126
MARCELO DA SILVA - MG185318
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO
PACIENTE : VINICIUS DE OLIVEIRA LOURENCO (PRESO)
CORRÉU : JULIO CESAR ROMERITO DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VINICIUS DE OLIVEIRA LOURENCO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO (Apelação n. 0000192-20.2019.4.01.3809).

O paciente foi condenado à pena de 7 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial fechado e multa, em razão da prática do crime de dois roubos consumados e um tentado. Foi determinada a expedição de guia de execução provisória.

Os impetrantes sustentam o excesso de prazo na prisão cautelar e no julgamento da apelação, em violação ao princípio da razoabilidade.

Asseveram também o excesso de prazo na formação da culpa, aduzindo que não houve o encerramento da instrução criminal, pois a audiência para oitiva de testemunhas de acusação não foi designada, sendo devida a revogação da custódia cautelar.

Destacam a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Requerem, liminarmente, a expedição de alvará de soltura, para que o paciente possa responder ao processo em liberdade. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

No que diz respeito ao excesso de prazo na formação da culpa, verifica-se que o paciente já foi condenado, tendo sido exarada sentença condenatória (e-STJ fls. 110/123), o que afasta a alegação de que a audiência para oitiva de testemunhas de acusação não foi designada.

Quanto à aventada ilegalidade da prisão preventiva, a matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENAL EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO
CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO.
CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE

DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

No mais, considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, principalmente acerca do julgamento da apelação defensiva..

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência